
Jornalismo Independente Brasileiro e a Escassez da Participação de Adolescentes como Fontes de Informação: Uma Análise das Reportagens da Marco Zero Conteúdo¹

Alexandre Arthur Cunha da SILVA²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Resumo

No contexto global de convergência midiática (JENKINS, 2009) e jornalismo pós-industrial (ANDERSON, BELL & SHIRKY, 2013), coletivos de jornalistas independentes insurgem no Brasil e no mundo como alternativas à produção da chamada mídia tradicional. Porém, mesmo estas plataformas parecem tratar com superficialidade uma questão fundamental para o fomento de um jornalismo mais plural e democrático: a participação de adolescentes como fontes de informação. Neste artigo, a partir do método de Análise de Conteúdo (AC), examinamos três reportagens publicadas pelo site Marco Zero Conteúdo para identificar o tratamento e o espaço dado a estes indivíduos na produção jornalística desta plataforma.

Palavras-chave: Gêneros Jornalísticos; Jornalismo Independente; Fontes de Informação; Juventude.

Introdução

Em tempos de hiperinformação e hipercomunicação (HAN, 2017), cenários de uma sociedade submersa na avalanche de conteúdo midiático contemporâneo, o jornalismo tem buscado formas de se reinventar e reconfigurar modelos de negócios e atuação. No Brasil, assim como no mundo, diante do contexto de instabilidade política e polarização ideológica marcantes da última década em tantos países, jornalistas fora dos conglomerados de mídia tradicionais sondam alternativas que contribuam para o

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN, e-mail: a.arthurcs@gmail.com.

exercício de uma imprensa livre, consoante aos valores democráticos e à essência social do jornalismo. Porém, mesmo tais profissionais, mais dispostos à produção de materiais de maior profundidade temática, parecem ignorar uma questão fundamental para o fomento de um jornalismo mais plural e democrático: a participação de adolescentes como fontes de informação.

Autores como Marôpo (2015) e Muleiro (2006) examinam a escassez da presença ativa de indivíduos menores de 18 anos em produtos jornalísticos; tal ausência vai de encontro aos artigos 12, 13 e 17 da Convenção sobre os Direitos da Criança³, que reconhecem a importância dos meios de comunicação como ferramentas de aquisição de conhecimento e de livre expressão de suas opiniões. O Estatuto da Juventude⁴, em seu artigo 26, assegura que “o jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação”. Em consonância, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância defende a necessidade de incluir as vozes de crianças e adolescentes na prática jornalística e ressalta que estes “podem ser ouvidos sobre as mais diversas questões - inclusive sem que sejam restritas ao universo entendido como propriamente infantil ou juvenil” (ANDI, 2013, p.72). Por outro lado, a Andi critica a recorrência “dos enfoques superficiais, das coberturas espetaculares, ou da reprodução de estereótipos estigmatizantes” nos veículos de imprensa latino-americanos. Investigações como as de Ponte (2005) e Doretto & Furtado (2014) descortinam o fato de a representação da infância e da adolescência na mídia, muitas vezes, reforçar preconceitos e estigmas, tratando os menores de idade a partir de uma espécie de dicotomia: o ser frágil, inocente, que precisa de cuidados e proteção, e os menores que cometem infrações e atos de delinquência, retratados de formas muitas vezes deploráveis pela imprensa, com violações de seus direitos, desrespeito à preservação de identidade e à presunção de inocência.

³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

⁴ O Estatuto da Juventude no Brasil é a denominação conferida à lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Tal legislação institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm

De que jornalismo estamos falando?

Concebendo o jornalismo como campo primordial para o fortalecimento da democracia, a pluralização das fontes na feitura jornalística é uma questão-chave para a participação ativa de populações de minorias de poder, historicamente silenciadas ou retratadas sob estereótipos pela mídia tradicional, como mulheres, negros, homossexuais, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes (Moura & Melo, 2014). Esforços teóricos de autores como Wolf (2008) e Neveu (2006) pavimentam a estrada dos estudos sobre fontes jornalísticas. No início de sua obra sobre as relações intrincadas entre jornalistas e fontes de notícia institucionais, como assessorias de imprensa de órgãos oficiais, Schmitz (2011) oferece um resumo que nos parece aplicável ao nosso trabalho:

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p.9)

Na movediça realidade do jornalismo pós-industrial (ANDERSON, BELL & SHIRKY, 2012), caracterizada pela crise nas redações cada vez mais enxutas e mais reféns de notícias caça-cliques sensacionalistas, pontos fora da curva surgem em todo o mundo através de jornalistas independentes que, à margem das corporações midiáticas, se esforçam para resgatar um jornalismo intrinsecamente ligado ao social. Campo fértil para experimentações e para o exercício crítico, o jornalismo independente transporta consigo aquilo que Jenkins (2009) denomina “impulso democrático”, aguçado pelo surgimento das novas tecnologias e pela ideia de descentralização da comunicação. Mesmo diante das adversidades de todo movimento embrionário, a mídia independente brasileira desponta em todas as regiões do país, como explicita o Mapa do Jornalismo Independente⁵ publicado pela Agência Pública. Em programa que incentiva a produção

⁵ Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

de jornalistas independentes, a Open Society Foundations⁶ defende a imprescindibilidade deste tipo de jornalismo na “criação e manutenção de sociedades saudáveis e democráticas”. No Brasil, Lacerda (2016) argumenta que as narrativas da mídia alternativa se contrapõem significativamente à cobertura da imprensa tradicional e demarcam “o início de um mercado mais pluralizado, tanto com relação ao conceito como à prática da atividade, em oposição à hegemonia midiática que caracterizou o século 20”. Diversificados projetos de jornalismo independente, no país, multiplicam os olhares sobre a realidade brasileira.

Aproveitando as possibilidades de se conectar aos consumidores sem mais precisar da intermediação da indústria e da sua engrenagem de produção e distribuição de notícias, vêm surgindo, no mercado digital brasileiro, organizações jornalísticas sem fins lucrativos, focadas no resgate da atividade a serviço do interesse público. Levando a uma nova escala um movimento iniciado pelos blogs, esses grupos alargam as fronteiras das decisões, filtros e valores envolvidos na apuração, processamento e compartilhamento das informações (LACERDA, 2016, p. 61-62).

Ao enxergar a perspectiva de expansão destes coletivos e grupos, vislumbramos nestas plataformas terreno propício para a constituição de um novo panorama quanto à inclusão de adolescentes como vozes ativas, relevantes, na prática jornalística. “É o webjornalismo em franca difusão que favorece a emergência do jornalismo cidadão, ou *open source journalism*, ou jornalismo de fonte aberta” (TARGINO, 2009, p.58). Acreditamos no jornalismo como agente articulador da democracia e da cidadania; e para os mais jovens, imersos no cotidiano de curtidas e compartilhamentos, a internet se apresenta como a fonte de maior atração informativa. Através do celular, o estar no mundo ganha novas conotações. “Para os jovens, torna-se um recurso para novas experiências corporais e de comunicação. Mais do que a localização, importam as redes. Mesmo sentado, o corpo atravessa fronteiras” (CANCLINI, 2008, p.44). Compreendendo as radicais e constantes mudanças do atual ecossistema

⁶ Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/about/programs/independentjournalism>

comunicativo-digital, Martín-Barbero (2014) defende que práticas de aprendizado fora da escola promovem novas formas de estar juntos, ou seja, de pertencimento e sociabilidade para os adolescentes. Portanto a participação destes indivíduos na produção jornalística transpassa a simples escuta de suas opiniões e visões de mundo; contribui, invariavelmente, para a formação humana e social dos jovens.

A plataforma: Marco Zero Conteúdo

Fundada em junho de 2015, a Marco Zero Conteúdo⁷ é um coletivo de jornalismo independente e investigativo, cuja produção se materializa em reportagens aprofundadas e de interesse público. Como explicitado na seção *quem somos* do site, o projeto autoriza a reprodução de suas reportagens através da licença Creative Commons. A produção jornalística do coletivo é desenvolvida a partir de uma tríade temática: semiárido nordestino, urbanismo e relações de poder. A Marco Zero defende bases para uma política editorial cidadã e lista oito itens nos quais a plataforma acredita: no jornalismo, no leitor, na ética, na qualidade, na cidadania, no coletivo, na cooperação e nos Direitos Humanos.

O coletivo se mantém resistente ao recebimento de patrocínios tanto de instituições públicas, quanto privadas; para se manter, estabelece parcerias com algumas fundações e organismos internacionais, além dos assinantes, através de planos variados que vão desde R\$ 10 mensais a um plano anual de R\$ 400. Não é proposta deste artigo se aprofundar nas questões referentes à sustentabilidade financeira do coletivo, mas cremos ser importante apenas pontuar que a plataforma também é mantida pelas ações do Centro de Estudo da Mídia - Marco CEM, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover atividades que estimulem o fomento de uma mídia democrática e independente.

A análise

⁷ <https://marcozero.org/>

A partir de uma pesquisa exploratória, nosso estudo se utiliza da perspectiva metodológica da Análise de Conteúdo (AC). O arcabouço teórico da AC é extenso e resultado da contribuição de diversos autores, mas utilizamos em especial as diretrizes da pesquisadora francesa Bardin (1977), que define o método como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Segundo a autora, tal processo de análise pode ser dividido em três fases: pré-análise, quando são organizados os documentos, dados e conteúdos que serão examinados, além da formulação das hipóteses e dos objetivos; exploração do material, que é quando o que foi feito na pré-análise é aprofundado e codificado; e, por fim, o tratamento dos resultados. Nesta última etapa, são realizadas a inferência e interpretação do que foi obtido durante a pesquisa. Para a análise da produção jornalística da Marco Zero Conteúdo, estabeleceu-se um recorte temporal de observação no intervalo de dois meses, compreendido entre o dia 1 de março ao dia 30 de abril de 2019. Procuramos identificar matérias que abordassem temáticas referentes à adolescência e à juventude ou que tinham adolescentes e jovens⁸ como personagens da narrativa. O site publicou 50 reportagens no período indicado; destas, apenas seis trataram do público em questão analisado neste trabalho; número que revela a escassez da participação ativa desses indivíduos como fontes de informação. Elegemos três das seis reportagens para analiticamente nos debruçarmos e tentar compreender possíveis ambiguidades, insuficiências e também fatores positivos que devem ser enfatizados.

⁸ Este artigo se baseia nas definições de adolescência do Estatuto da Criança e do Adolescente (de 12 a 18 anos) e de juventude do Estatuto da Juventude, que compreende como jovens indivíduos entre 15 e 29 anos de idade.

Reportagem 1: “Passinho: ele perdeu um olho por causa da polícia, e o Estado negou a prótese”⁹



Passinho: ele perdeu um olho por causa da polícia, e o Estado negou a prótese

POR MARIAMA CORREIA EM 15/04/2019

REPORTAGENS

As identidades verdadeiras de Gustavo e dos seus parentes foram preservadas por segurança. A família teme represálias da polícia.

Faz quase quatro meses que Gustavo não volta à praça onde costumeiramente se reunia com os amigos para ouvir brega-funk e dançar o passinho. Porque foi ali onde tudo aconteceu. A confusão, a polícia, o tiro, o sangue escorrendo pelo seu rosto. Passa um filme na cabeça. Desde aquele dia, ele não sai mais de casa, a não ser para consultas médicas.

O primeiro parágrafo da reportagem já explicita quem é o personagem principal da história a ser contada: “Faz quase quatro meses que Gustavo não volta à praça onde costumeiramente se reunia com os amigos para ouvir brega-funk e dançar o passinho. Porque foi ali onde tudo aconteceu”. A matéria trata de um caso de uma revista policial no centro do Recife que culminou em violência: a polícia militar disparou balas de borracha e um dos jovens foi atingido no olho. Gustavo, nome fictício do personagem da reportagem da Marco Zero Conteúdo, que tem a verdadeira identidade preservada por medo de retaliações. De forma descritiva, a reportagem segue detalhando o comportamento do jovem, “sempre grudado no celular, de óculos escuros e de cabeça

⁹ Reportagem publicada em 15 de abril de 2019. Disponível em:
<http://marcozero.org/passinho-ele-perdeu-um-olho-por-cao-da-policia-e-teve-a-protese-ocular-negada-pelo-estado/>

baixa”, até informar que a bala “destruiu totalmente o globo ocular” de Gustavo e que, nos meses posteriores ao episódio, “o jovem foi submetido a várias cirurgias”.

O leitor toma conhecimento de como o tratamento ao jovem foi negado por supostos cortes nos financiamentos de próteses na saúde pública do estado, como ninguém assumiu a responsabilidade pelo ato violento e como sequer o policial foi afastado. Tudo isso, entretanto, sem a voz de Gustavo. A mãe do jovem, Janaína, é a fonte consultada pela jornalista para produzir a matéria. Em vários momentos, o texto fala do jovem sempre em terceira pessoa, a distância (“O caso de Gustavo foi encaminhado à Diretoria de Direitos Humanos”; “O encadeamento de episódios tristes na vida de Gustavo expõe as falhas do Estado”). Em sequência, a matéria se desdobra - com muita eficiência - sobre a realidade de aguda crise na saúde pública de Pernambuco. Até retornar a Gustavo, no último parágrafo, com uma certa explicação sobre seu silêncio:

Calado na maior parte do tempo da minha visita – a primeira vez que nos encontramos depois de meses de contato com a família, desde a primeira matéria- Gustavo não esboçou qualquer sentimento de revolta diante da situação. Soltou poucas frases para comentar o dia do incidente e, apenas quando o provoquei com comentários sobre artistas do passinho e jogos do Sport, ele esboçou um sorriso. Quando perguntei se ele tinha raiva do policial que atirou, Gustavo fez apenas um sinal negativo, baixou a cabeça e se refugiou no silêncio. (CORREIA, 2019).

Este último parágrafo da reportagem incita algumas indagações. Até que ponto não é papel do jornalista tentar reverter possíveis abismos nas relações entre si e as fontes, principalmente quando estas são adolescentes que, habitualmente, não têm participação ativa na feitura jornalística? Numa reportagem sobre Gustavo, não seria imprescindível estabelecer uma relação de confiança, humanizada, para que as “poucas frases” se transformassem em conversas mais reveladoras? Sim, o silêncio de Gustavo é um reflexo de um jovem vítima de violência, possivelmente ainda traumatizado pela circunstância vivenciada. Porém o silêncio de Gustavo também pode falar muito sobre a naturalização de que as vozes dos jovens e adolescentes não são levadas em conta para

o jornalismo. Os pais responderão por eles. E eles continuarão calados na maior parte do tempo, de cabeças baixas, refugiados no silêncio.

Reportagem 2: “De Margaridas a Marielles”¹⁰



Quem chega em Remígio (PB) logo percebe que as chuvas das últimas semanas vestiram de esperança a vegetação da cidade, como se fosse para contrastar com o lilás da 10ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia. Desde segunda, a Marco Zero Conteúdo, em parceria com o De Olho nos Ruralistas, está no município do agreste paraibano para sentir o clima da mobilização e conhecer algumas das líderes que compõem o movimento camponês do Polo da Borborema - rede de 13 sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Numa reportagem apurada durante os dias anteriores à 10ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizada no município paraibano de Remígio, a Marco Zero faz um retrato composto por quatro perfis de mulheres ativistas que militam nas lutas do campo. Com personagens fortes, a reportagem detalha a vida daquelas mulheres que discorrem sobre empoderamento feminino, engajamento político, mercado de trabalho e movimentos sociais. O modo como são dispostas as entrevistas nos chama atenção para análise.

Pensando nas escolhas jornalísticas em relação à montagem do texto, a reportagem opta por iniciar os relatos a partir da personagem mais velha, Terezinha da

¹⁰ Reportagem publicada em 13 de março de 2019. Disponível em:
<https://marcozero.org/de-margaridas-a-marielles-a-luta-camponesa-no-interior-da-paraiba>

Silva (65 anos), passando por Maria do Céu (40 anos), em seguida Anilda Batista (de idade não revelada, mas cujo filho mais novo tem 19 anos) e, por fim, Sidinéia Camilo Bezerra, de 23 anos, a mais nova entre as quatro entrevistadas. A reportagem prioriza, indiretamente, as histórias e falas daquelas personagens com mais idade e mais experientes, deixando para a parte final do longo texto a participação de Sidinéia.

Numa análise do espaço dado a cada uma, observamos uma diferença destacável no tamanho do texto de cada perfil. Para tal exame, utilizamos a ferramenta de contador de palavras e caracteres do aplicativo Invertexto¹¹. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 1

Personagem	Quantidade de caracteres no texto sobre a personagem	Quantidade de palavras no texto sobre a personagem	Quantidade de parágrafos no texto sobre a personagem
Terezinha	2744	463	8
Maria do Céu	3323	591	8
Anilda	3551	574	8
Sidinéia	2344	390	6

Os dados nos mostram que, além de ser a última personagem exposta na matéria, a mais jovem - Sidinéia - é aquela com o texto de menor número de caracteres, palavras e parágrafos. Não é intenção deste trabalho discorrer sobre critérios de relevância de fontes jornalísticas dentro de uma reportagem aprofundada, mas propomos esta reflexão sobre práticas que, muitas vezes imperceptíveis, podem esconder discriminações.

Reportagem 3: “O circo popular e o espetáculo do respeito à diversidade”

¹¹ Disponível em: <https://www.invertexto.com/contador-caracteres>



Crédito: Inês Campelo/MZ Conteúdo

O circo popular e o espetáculo do respeito à diversidade



POR HELENA DIAS EM 27/03/2019

REPORTAGENS

No bairro da Macaxeira, Zona Norte do Recife, o respeitável público que costuma comparecer às apresentações da Escola Pernambucana de Circo (EPC) talvez não imagine que o maior dos espetáculos da organização aconteça todos os dias longe dos holofotes. A escola que funciona há 22 anos tem como princípio o conceito do “circo social”, em que os alunos aprendem, para além das artes circenses, o exercício da cidadania. Lá, o racismo e outros tipos de preconceitos são debatidos frequentemente e de forma aberta, ultrapassam os limites do que hoje é conhecido em muitas escolas regulares apenas como bullying.

O poder social da educação circense no exercício da cidadania de crianças e adolescentes. A reportagem “O circo popular e o espetáculo do respeito à diversidade” é ótimo exemplo de uma abordagem humanizada e protagonismo de adolescentes e jovens como fontes de informação na produção da Marco Zero Conteúdo. Além de sabermos que 52 crianças e 38 adolescentes são integrantes dos projetos pedagógicos da Escola Pernambucana de Circo, somos apresentados e personagens como Júlia Vitória Lopes, de 12 anos, e sua liberdade em soltar o cabelo no circo (“Querida soltar sempre meu cabelo, mas tem lugares que tenho vergonha de fazer”). Maria Karolyne, de 21 anos, está há mais de uma década no espaço. Chegou criança e hoje em dia é uma das educadoras do circo.

Somado às entrevistas em texto, um vídeo de pouco mais de três minutos amplia a visibilidade das vozes e das imagens dos participantes, inclusive daqueles adolescentes mais novos, com seus depoimentos acerca das experiências nas atividades da Escola. A reportagem explora as ferramentas imagéticas também com galeria de fotos das atividades, o que torna a leitura mais fluida e atraente a leitores de todas as

idades. Apesar de uma matéria sobre o universo circense, quase sempre associado a temas leves, a matéria trata de questões que vão além do lúdico, como combate a preconceito, racismo, negritude e sororidade.

Considerações finais

Direito à comunicação e democratização midiática são temas caros e urgentes à nossa frágil, e cada vez mais deteriorada, democracia. Desde o passado de censura perpetrada pelo Estado aos cenários atuais de ataques à liberdade de imprensa¹², o Brasil é um país onde os principais conglomerados de mídia permanecem nas mãos de poucas famílias, em claro de monopólio da informação. A insurgência de coletivos de jornalismo independente cria fendas democráticas na estrutura engessada da mídia tradicional, além de fomentar uma nova geração de leitores e consumidores de conteúdos para além do espectro dos grandes jornais e redes de televisão.

Diante deste contexto, a participação nos meios de comunicação é passo fundamental nos avanços democráticos. Peruzzo (2007) enumera cinco níveis possíveis de participação popular nos meios de comunicação: como receptores de conteúdo; participantes das mensagens (aqui se encaixam fontes e personagens); participantes da produção e difusão de mensagens; do planejamento; e, por último, da gestão de um meio de comunicação. Ao analisar as fontes de informação no jornalismo independente, estamos no “nível elementar de participação, no qual a pessoa dá entrevista (...), mas não tem poder de decisão sobre a edição e transmissão” (PERUZZO, 2007, p.20). E percebemos que mesmo este nível de participação é raro e superficial quando tratamos de adolescentes e jovens.

Neste artigo, nosso objeto de análise foi a Marco Zero Conteúdo, mas a realidade é similar em tantas outras importantes plataformas de jornalismo independente brasileiro. Historicamente, as vozes dos mais jovens foram ignoradas ou relegadas a

¹² Assunto voltou a ganhar destaque no Congresso e Senado após vazamento do site The Intercept Brasil de conversas do atual ministro da Justiça, Sergio Moro, enquanto era juiz responsável pelos processos da Operação Lava Jato. Recentemente, um debate sobre liberdade de imprensa, que aconteceria no Senado Federal, foi cancelado. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/27/conselho-de-comunicacao-social-vai-debater-ameacas-a-liberdade-de-imprensa>

segundo plano no jornalismo tradicional. Tais características correm o risco de ser perpetuadas mesmo por aqueles profissionais que buscam inovar o jornalismo nos grupos de mídia independente. É preciso rever nossas próprias atuações enquanto jornalistas e pesquisadores para buscar, de forma dialógica e democrática, novos caminhos para um jornalismo mais humano e plural.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n. 5, p. 30-89, abril/-maio 2013.

ANDI. **Direitos da infância e direito à comunicação**: fortalecendo convergências nos marcos legais e nas políticas públicas. Supervisão de Veet Vivarta. Brasília, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CORREIA, Mariama. Passinho: ele perdeu um olho por causa da polícia, e o Estado negou a prótese. **Marco Zero Conteúdo**. Disponível em: <http://marcozero.org/passinho-ele-perdeu-um-olho-por-causa-da-policia-e-teve-a-protese-ocular-negada-pelo-estado/>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

DIAS, Helena; CAMPELO, Inês. De Margaridas a Marielles. **Marco Zero Conteúdo**. Disponível em: <https://marcozero.org/de-margaridas-a-marielles-a-luta-camponesa-no-interior-da-paraiba>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

DIAS, Helena. O circo popular e o espetáculo do respeito à diversidade. **Marco Zero Conteúdo**. Disponível em: <https://marcozero.org/o-circo-popular-e-o-espetaculo-do-respeito-a-diversidade>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

DORETTO, Juliana; FURTADO, Thais. A 'invasão' das crianças no discurso jornalístico: a representação não desejada da infância. In: 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2017, São Paulo. **Anais - 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2017.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Leitores, espectadores e internautas** / Néstor García Canclini ; tradução Ana Goldberger. — São Paulo: Iluminuras, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência** / Byung-Chul Han ; tradução de Enio Paulo Giachini. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LACERDA, Daniela Maria de. **O Jornalismo Digital Independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MARÔPO, Lidia. Crianças como fontes de informação: um desafio de inclusão do jornalismo. **Vozes e diálogos**. Volume 14, n.2. Itajaí: Univali, jul./dez., p. 5-17, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MOURA, Iara (autora); MELO, Paulo Victor (coordenador). **Guia Mídia e Direitos Humanos**. São Paulo: Intervezes, 2014.

MULEIRO, Hugo. **Al margen de la agenda - Noticias, discriminación y exclusión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OPEN Society Foundations. **Programs. Independent Journalism**. Disponível em: <<https://www.opensocietyfoundations.org/about/programs/independentjournalism>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007.

PONTE, Cristina. **Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)**. Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

TARGINO, Maria das Graças. **Jornalismo cidadão**: informa ou deforma? Brasília: Ibict: UNESCO, 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed., 2008.